

As eleições pernambucanas de 1962 e a violação da soberania brasileira

The Pernambuco's 1962 elections and the violation of Brazilian sovereignty

Hamilton de Carvalho Gomes Junior*

Resumo

Este artigo busca compreender de que maneira os Estados Unidos influenciaram as eleições governamentais de 1962 em Pernambuco. Optou-se por analisar principalmente a atuação dos EUA em Pernambuco por meio do seu Consulado Geral em Recife, mas também a atuação da United States Agency for International Development (USAID), da Embaixada no Rio de Janeiro e a participação do setor privado estadunidense nas atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) durante o período eleitoral. O trabalho baseou-se em fontes primárias, documentos oficiais do Consulado, mas também em fontes secundárias que se relacionam com o tema. Assim, foi possível chegar a uma primeira compreensão da influência norte-americana nas eleições governamentais pernambucanas de 1962.

Palavras Chave: Guerra Fria, Relações Brasil - Estados Unidos, Miguel Arraes, Eleições pernambucanas de 1962.

Abstract

This study seeks to understand how the United States influenced the Pernambuco governmental elections of 1962. We have chosen to analyze mainly the United States acting through its Consulate General in Recife, but also the role of the United States Agency for International Development (USAID), the US Embassy in Rio de Janeiro and the participation of the US private sector in the activities of the Brazilian Institute of Democratic Action (IBAD) during the election period. In order to make a consistent analysis the research was based on primary sources, official documents of the US Consulate, but also on secondary sources related to the topic under study. Thus, we were able to reach a first insight about the american influence on the Pernambuco governmental elections of 1962.

Key Words: Cold War, Brazil-US Relations, Miguel Arraes, Pernambuco elections of 1962.

* Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de São Paulo. Contato: hamiltongomesjr@gmail.com

Introdução

Em 1962 ocorreu no Brasil a última eleição antes do golpe militar de 1964, na qual foram eleitos políticos para renovar toda a Câmara dos Deputados, dois terços do Senado e o governo de metade dos 22 estados brasileiros. Nesse pleito, o voto era obrigatório e secreto para homens e mulheres maiores de dezoito anos e não permitido para analfabetos. Para o poder legislativo, com exceção do Senado Federal, o sistema eleitoral era proporcional e, no caso do poder executivo e do Senado, o sistema eleitoral era majoritário.¹ Naquele momento, o sistema partidário brasileiro, consolidado após o fim do Estado Novo, contava com três grandes partidos: o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além de outros partidos menores que serão relevantes para nossa análise, como o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), então na ilegalidade. Segundo a análise de Olavo Brasil de Lima Jr, tanto o PSD quanto a UDN eram considerados partidos conservadores, sendo uma das principais diferenças entre eles a contundente oposição da UDN a Getúlio Vargas, algo que não estava presente no PSD, que apoiava Vargas. Por outro lado, os partidos progressistas eram representados, entre outros, pelo PTB, que reunia os principais sindicalistas do país, também apoiando Vargas e, ainda, o PST (LIMA JUNIOR., 1983). O PST “foi organizado em 1946 por dissidentes do PTB e do PSD. Primeiramente, chamado Partido Proletário do Brasil, era basicamente um partido nordestino” (LIMA JUNIOR, 1983, p.48), que teria uma força momentânea no Nordeste, ao eleger Miguel Arraes em 1962, mas que não chegaria a ter grande expressão a nível nacional. Por fim, Olavo Brasil classifica o PCB como um partido ideológico, que teve o seu registro partidário cancelado em 1947 sob a alegação de que o seu programa comunista feria os princípios da Constituição de 1946 (LIMA JUNIOR, 1983).

Nas eleições de 1962, o estado de Pernambuco era aquele onde a campanha eleitoral seria uma das mais intensas e importantes para o país e que, muito provavelmente, chamaria a maior atenção do governo dos Estados Unidos (ROETT, 1972). O embate entre o candidato conservador, João Cleofas, apoiado pelo então gover-

1. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946. Disponível em (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm) Acesso em 13/10/2016.

nador Cid Sampaio, ambos da UDN e o oposicionista, da esquerda nacionalista e então prefeito de Recife, Miguel Arraes de Alencar, do PST, seria acompanhado de perto por Washington. Na verdade, a presença dos norte-americanos não se limitou a apenas a acompanhar as eleições. Os estadunidenses foram além: buscaram relacionar-se com atores políticos pernambucanos, por meio do seu Consulado Geral em Recife, no sentido de favorecer os próprios interesses e mesmo - como sugerem evidências - a atuar deliberadamente no sentido de diminuir as chances de vitória do candidato por eles não desejado, Miguel Arraes. Além disso, a atuação da USAID e da Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro, bem como o envolvimento da Agência de Inteligência norte-americana (CIA) e do setor privado norte-americano com o IBAD, são outros indicadores do exercício direto de influência, por parte dos Estados Unidos, nas eleições de 1962 em Pernambuco, como veremos posteriormente.

Fundamental para a compreensão da importância dessas eleições para o Brasil é assimilar o contexto político, social e econômico nordestino e pernambucano à época. Ainda, para o entendimento da influência dos Estados Unidos no pleito, é essencial compreender a visão estratégica que os EUA tinham da América Latina e principalmente do Brasil durante esse período da Guerra Fria - notadamente tenso após a Revolução Cubana de 1959. Além disso, é necessário ressaltar a maneira pela qual os EUA percebiam a conjuntura política no Nordeste brasileiro e em Pernambuco. Essas são as duas questões para as quais nos voltaremos a princípio. Em seguida, com essas informações esclarecidas, trataremos da campanha para o Palácio das Princesas em si e, por fim, da atuação estadunidense no sentido de influenciar o resultado da mesma, principalmente por meio de seu Consulado Geral em Recife, mas também através da atuação da *United States Agency for International Development* (USAID), da Embaixada no Rio de Janeiro e da participação do setor privado norte-americano por meio do IBAD.

O Nordeste e Pernambuco no início da década de 1960

Os nove estados que compunham a região Nordeste em 1962 tinham, somados, cerca de 22,5 milhões de habitantes registrados, o que representava quase um terço da população total do Brasil no início da década de 1960. Dessa considerável população, destaca-se a capital de Pernambuco, Recife, que era a terceira cidade brasileira

mais populosa, sendo conhecida à época como a “capital do Nordeste”.² Ainda, a população nordestina crescia a taxas impressionantes: o número de habitantes de Recife, por exemplo, aumentou 50% entre 1950 e 1960. Com relação ao aspecto físico, o território do Nordeste correspondia a quase 20% da extensão total do Brasil.

Para além dos dados demográficos e territoriais significantes, as estatísticas que dão o aspecto singular e problemático do Nordeste são aquelas que concernem a dimensão socioeconômica da população nordestina. A começar pelo fato de que quase 70% dos nordestinos em 1960 ainda vivia em zona rural, enquanto que no Brasil como um todo essa mesma taxa já estava aproximadamente em 55%. Em virtude disso, 64% da população economicamente ativa do Nordeste trabalhava no setor primário da economia, o que conferia à região a singular distribuição - não compatível com a sua extensão territorial e população - de 15,9% da renda nacional no início da década de 1960. Assim, a renda per capita dos nordestinos representava somente 40% da renda per capita dos brasileiros no geral, resultando, como destacou RiordanRoett, na menor renda per capita média da América Latina no ano de 1962 (ROETT, 1972, p.9).

Não obstante a notável desigualdade da região em relação ao resto do Brasil, havia também, dentro do próprio Nordeste, uma profunda desigualdade econômica: cerca de 2,5% da população nordestina recebia 40% da renda regional (PAGE, 1972, p.16). Com relação à distribuição de terras também havia uma profunda disparidade: fazendas com mais de 500 hectares ocupavam 43% das terras na região, sendo que representavam apenas 1,5% do total de propriedades rurais no Nordeste (ROETT, 1972, p.52). Ainda, o analfabetismo chegava a 80% nas zonas rurais e a expectativa de vida, para os 80% mais pobres da população, não passava de 35 anos de idade (PAGE, 1972, p.16). Destaca-se também a fome, que era um grande problema e uma realidade principalmente para a população rural.

O conjunto desses problemas - particularmente a má distribuição de terras - seria um fator fundamental para o advento das Ligas Camponesas, que surgiriam em Pernambuco e se espalhariam para outros estados nordestinos. As Ligas eram compostas por

2. Todos os dados numéricos para os quais não há citação direta foram retirados do Anuário Estatístico do Brasil de 1962, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e do Special Northeast Study, de 1963, conduzido pela USAID, disponíveis respectivamente em (http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1962.pdf) e (http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNAEA690.pdf).

camponeses muito pobres que lutavam por reforma agrária. Esses eram liderados pelo advogado, deputado estadual e posteriormente deputado federal, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Francisco Julião. Os camponeses membros das Ligas conquistaram uma vitória importante no caso do Engenho Galileia, no qual 140 famílias camponesas que ali viviam conseguiram, com a ajuda de Julião, a desapropriação do engenho e a concessão de terras para parte das famílias que ali moravam. Esse evento deu grande visibilidade ao movimento, e as Ligas Camponesas se proliferariam de tal forma, a partir de Pernambuco, que estimativas apontavam a existência de aproximadamente 100 mil camponeses como membros em meados de 1962 (ROETT, 1972, p.76). Esse movimento rural sofreu forte oposição das elites tradicionais nordestinas e também era visto internacionalmente de maneira distorcida; ou, como coloca Page, elas eram “vistas em termos da Guerra Fria” (PAGE, 1972, p.29). Particularmente para os norte-americanos “a agitação das Ligas Camponesas requeria imediata atenção”, pois havia a suspeição de que Francisco Julião era comunista, em virtude de suas referências positivas à Fidel Castro e à Revolução Cubana (ROETT, 1972, p.16). Na verdade, Julião era um grande proprietário de terras que “pertencia ao sistema político existente”, utilizando as referências à Cuba mais como retórica e estratégia política do que como exteriorização de um comunismo genuíno (ROETT, 1972, p.88).

Mesmo com essa situação de calamidade, o Nordeste foi, em partes, negligenciado pelo governo brasileiro durante longos períodos. Finalmente, em 1959, o presidente Juscelino Kubitschek criou a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A SUDENE operava por meio de planos bienais, começando pelo biênio 1960-1962. Entre seus principais objetivos figuravam industrializar o Nordeste e aprimorar a agricultura nas zonas áridas, visando contornar o problema das secas (ROETT, 1972). Em suma, a SUDENE tinha uma visão desenvolvimentista para a região. Esse programa propositivo da SUDENE acabaria chamando a atenção dos Estados Unidos, que assinariam com o Brasil, após viagem do presidente João Goulart aos EUA, o chamado “Acordo do Nordeste” (*Northeast Agreement*), pelo qual o governo norte-americano, por meio da *United States Agency for International Development* (USAID), no âmbito da Aliança para o Progresso (ALP), destinaria uma ajuda econômica no valor de US\$ 131 milhões para os planos de desenvolvimento da SUDENE (ROETT, 1972, p.9).

Para que seja possível entender quais as razões dessa ajuda vinda dos EUA, por quê no Nordeste, com quais propósitos e por quê isso se deu no início da década de 1960, é necessário que nos voltemos agora para um breve entendimento do contexto geopolítico que relacionava os Estados Unidos com a América Latina - sobretudo com o Brasil - no período. Em seguida, faremos uma análise da presença estadunidense no Nordeste, que se tornou crescente, principalmente em Pernambuco, no período estudado.

As Relações dos Estados Unidos com a América Latina na década de 1960

Sendo a América Latina, sobretudo no século XX, uma zona de influência norte-americana, durante a Guerra Fria os países da região seriam fundamentais, em termos geopolíticos, para os Estados Unidos. O objetivo central dos estadunidenses era não permitir que houvesse, em seu próprio hemisfério, um Estado comunista, o que implicava ser alinhado ao outro pólo de poder no período - a União Soviética. Assim, pouco após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1951, o Congresso norte-americano já aprovava uma ajuda militar direta à América Latina no valor de 38,2 milhões de dólares e, no ano seguinte, o valor subiria para 51,7 milhões (SMITH, 2000, p.126). Essa ajuda era estimulada pela visão dos norte-americanos de que “a segurança dos Estados Unidos é sinônimo da segurança do hemisfério” (SMITH, 2000, p.126). Evidentemente, essa segurança pressupunha impedir o fortalecimento do comunismo na região.

Apesar da já existência dessa política de Washington, que visava ajudar tanto militar quanto economicamente a América Latina para mantê-la sob sua influência, seria a vitória da Revolução Cubana liderada por Fidel Castro em 1959 que criaria um “senso de urgência nos norte-americanos” (SMITH, 2000, p.149). A vitória do movimento de Fidel reforçou as atenções dos estadunidenses para os estados latino-americanos, servindo como um catalisador para que a lógica da Guerra Fria fosse fortalecida nas relações dos Estados Unidos para com o subcontinente. Dessa maneira, o recém-eleito presidente John F. Kennedy lançaria em 1961, “em resposta à Revolução Cubana”, a Aliança Para o Progresso (SMITH, 2000, p.150). O programa tinha por objetivos principais: promover o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a democracia

política. Kennedy acreditava que com a ajuda norte-americana os países latinos poderiam se desenvolver, criando estabilidade econômica e política, desfavorecendo o apelo de revolucionários inspi-rados no movimento de Fidel Castro. Em suma, o principal objetivo da Aliança era evitar o surgimento de uma “nova Cuba”. O valor inicial pensado para a ALP era de cerca de 20 bilhões de dólares durante a década de 1960, o que resultou, por exemplo, em uma ajuda financeira de pouco mais de um bilhão de dólares para a América Latina apenas no ano de 1962 (SMITH, 2000, p.152).

Naturalmente, sendo o maior e mais populoso país da América Latina, o Brasil receberia boa parte dos fundos da ALP. Além disso, havia a região Nordeste, que por conta de todos os problemas sociais e econômicos já expostos, era vista pela administração Kennedy como um “local ideal para demonstrar a nova política externa de ajuda dos Estados Unidos” (ROETT, 1972, p.7). Dada essa importância do Brasil e a situação do Nordeste, “um sucesso [no programa de ajuda] iria demonstrar a efetividade do modelo democrático de governo” (ROETT, 1972, p.7), ou seja, desenvolvendo o Nordeste, Washington acreditava demonstrar para outros países latino-americanos que a ajuda financeira norte-americana poderia melhorar as suas realidades econômicas e sociais, diminuindo, como desejado, o apelo de grupos revolucionários. No próprio Nordeste, especificamente em Pernambuco, desejava-se conter “a ameaça das Ligas Camponesas, de inspiração comunista” (ROETT, 1972, p.7), com a ajuda das verbas da ALP. A princípio, esses eram os principais motivos para a ajuda econômica ao Nordeste e para a assinatura do *Northeast Agreement*, cujo financiamento ocorreria por meio de verbas da Aliança Para o Progresso, sendo operadas pela USAID, que instalaria uma agência em Recife, para, em tese, trabalhar em conjunto com a SUDENE no desenvolvimento econômico da região. Na prática, porém, as razões norte-americanas para a assinatura do tratado com o Brasil iriam muito além de ajudar no desenvolvimento nordestino ou conter as Ligas Camponesas.

O “Acordo do Nordeste” notadamente se insere na lógica da Aliança Para o Progresso e, em termos mais gerais, na própria dinâmica das relações entre Estados Unidos e América Latina no início da década de 1960. Dado o contexto da Guerra Fria, Washington encontrava, naquele momento, na ajuda econômica e na aproximação política com alguns países latino-americanos uma forma de diminuir o apelo político dos considerados comunistas locais. Diver-

so países da América do Sul e da América Central, por sua vez, necessitavam de recursos, seja na forma de empréstimos ou planos de investimento, para se desenvolverem. Assim, estava estabelecida, principalmente nesse período posterior à Revolução Cubana, uma tendência nas relações dos Estados latino-americanos com os Estados Unidos pela qual os interesses eram distintos: os do primeiro grupo eram sobretudo econômicos, dada a necessidade de se obter recursos para o desenvolvimento, enquanto que para Washington as diretrizes da política externa voltada para a América Latina eram baseadas fundamentalmente em questões políticas, notadamente o combate ao comunismo. Essa disparidade de interesses fica evidente no caso do *NortheastAgreement*. Por isso, para um entendimento do escopo mais amplo de razões para a assinatura do tratado por Washington, veremos como se desenvolveu esse programa de ajuda, no qual se destacou - conforme esperado, tendo em vista a dinâmica das relações entre EUA e América Latina no período - seu uso político por parte do governo norte-americano.

Os Estados Unidos e o Nordeste

A primeira grande divergência com relação ao *NortheastAgreement* consistia no contraste entre as visões e objetivos a serem alcançados com o tratado bilateral. Enquanto o governo brasileiro, representado pela SUDENE, via a ajuda norte-americana como uma oportunidade de desenvolver o Nordeste, com autonomia para a escolha do melhor planejamento a ser seguido para atingir tal fim, “para os Estados Unidos, o acordo significava que a ajuda externa iria começar a combater, em primeira mão, a ameaça comunista que havia sido identificada na região” (ROETT, 1972, p.85). Seria um engano acreditar que a única “ameaça comunista” que os norte-americanos queriam combater fossem as Ligas Camponesas. Na verdade, o próprio Celso Furtado, superintendente da SUDENE, era visto por parte da USAID como comunista e, além dele, o candidato ao governo de Pernambuco, Miguel Arraes, também o era (ROETT, 1972, p. 112; 132). Principalmente o segundo seria combatido politicamente por sua suposta filiação ao comunismo. Esse era um erro de percepção, tendo em vista que ambos eram nacionalistas e não comunistas (ROETT, 1972).

Com relação a Celso Furtado e à SUDENE, embates políticos surgiriam com a USAID, oriundos principalmente da diferença de in-

teresses que as agências tinham.³ No que concerne Miguel Arraes e Pernambuco, a USAID daria atenção especial ao estado, visando “dar a vitória ao candidato da UDN” (ROETT, 1972, p.112), o conservador João Cleofas, apoiado pelo governador Cid Sampaio, também da UDN. A agência assinaria um acordo com o então governador para desenvolver um programa educacional em Pernambuco, o que foi uma “tentativa malsucedida da parte da USAID para ajudar a derrotar Arraes” (PAGE, 1972, p.137). Para a consecução desse acordo, a Embaixada no Rio de Janeiro foi fundamental, tendo em vista que havia a possibilidade de o programa para a educação ser desenvolvido em outros estados do Nordeste (ROETT, 1972), mas, para a Embaixada “qualquer coisa que a assistência econômica pudesse fazer para combater a influência comunista deveria subordinar puras metas de desenvolvimento econômico” (ROETT, 1972, p.76).

Assim, sendo Pernambuco supostamente o “epicentro” da influência comunista no Nordeste - por conta de Arraes e das Ligas Camponesas - esse seria o estado certo para a disfarçada ajuda econômica e educacional, que na verdade servia puramente aos interesses políticos de Washington. Na Embaixada, esperava-se que o acordo “tiraria votos suficientes de Arraes para assegurar a eleição de outubro ao candidato do governo [João Cleofas]” (ROETT, 1972, p.77). Com isso, percebe-se que, a fim de derrotar a candidatura de Arraes, a Embaixada também decidiu influenciar a destinação das verbas da Aliança para o Progresso baseada em fins exclusivamente políticos, negligenciando a necessidade de desenvolvimento econômico do Nordeste, que deveria ser o propósito básico do *Northeast Agreement*.

Desse modo, percebe-se que, do ponto de vista estadunidense, o pleito para o governo de Pernambuco em 7 de outubro de 1962 seria fundamental. Realmente, já em 1961 “a Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro identificou as eleições de Pernambuco como sendo de extrema importância” (ROETT, 1972, p.130). Nelas, a evidente vontade do governo norte-americano era que Arraes fosse derrotado. Isso porque em virtude desse contexto de pobreza no Nordeste e em Pernambuco, com apelo por reforma agrária vindo das Ligas Camponesas, vistas como comunistas, no íterim da Guerra Fria - logo após a Revolução Cubana - as autoridades norte-americanas teriam “ficado profundamente pertur-

3. A complexidade dos conflitos entre SUDENE e USAID, que foge do âmbito deste trabalho, pode ser analisados em maior profundidade em Roett (1972, caps 6 e 7).

badas com a possibilidade de sucesso de Arraes em Pernambuco” (ROETT, 1972, p.131). A aversão a Arraes decorria principalmente, como dissemos, das fortes convicções de que ele era comunista. Provavelmente, contribuiu para essa visão de Washington o fato de que ele fora eleito para prefeito de Recife em 1959 com o apoio de uma coalizão de estudantes, intelectuais e comunistas do PCB – partido então na ilegalidade – com os quais matinha forte proximidade na prefeitura em Recife (BARROS, 1965). Dessa maneira, o governo norte-americano identificava Arraes como comunista e por isso temia sua vitória (PAGE, 1972). É sabido que o prefeito de Recife não era comunista, muito menos um novo Fidel Castro. Conforme afirmaria o próprio Arraes durante a campanha eleitoral: “os poderosos me temem porque sabem que não sou comunista. Temem outra coisa: a unidade do povo” (BARROS, 1965, p.82). Além do governo norte-americano, opositores políticos de Arraes também ressaltavam as suas supostas filiações com o comunismo para atacá-lo e essa seria uma questão central durante a campanha eleitoral em Pernambuco. Para que possamos compreendê-la, é válida, antes, uma breve avaliação da situação da política pernambucana na década de 1960.

A política pernambucana

Em 1962, Pernambuco era o estado mais populoso do Nordeste, com mais de 4 milhões de habitantes, dos quais 862 mil habitavam em Recife, considerada a “capital do Nordeste”. Dessa significativa população, apenas 650 mil eram eleitores, tendo em vista que somente alfabetizados poderiam votar no período e o estado possuía uma grande quantidade de analfabetos⁴. As condições econômicas em Pernambuco refletem basicamente aquelas já citadas para o Nordeste, destacando-se sobretudo a pobreza extrema, as dificuldades advindas das secas e os problemas referentes à habitação, tanto em Recife, com a questão dos mocambos – moradias de baixa qualidade e de precária infraestrutura – quanto no interior, com o problema da distribuição de terras.

Do ponto de vista político, o estado viveu, até a vitória de Cid Sampaio (UDN) em 1958, uma hegemonia do Partido Social Democrata (PSD). Sampaio venceu contra esse partido, derrotando pela

4. Dado também retirado do Anuário estatístico do Brasil de 1962, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

primeira vez em anos o tradicional PSD nas eleições governamentais. Assim, o eleitor pernambucano - e, sobretudo, o eleitor recifense - demonstravam um desejo de mudança, elegendo alguém que pudesse efetivamente melhorar as condições de vida tanto na capital quanto no interior. Outra prova desse desejo é a eleição de Miguel Arraes - que havia trabalhado como coordenador político da campanha de Cid Sampaio em 1958 - para o cargo de prefeito de Recife. Arraes foi eleito como um candidato de esquerda, com um programa reformista, derrotando também um candidato do tradicional PSD. Nota-se, portanto, um momento delicado na política pernambucana no início da década de 1960, com o declínio do partido que tradicionalmente controlara o estado. A prova final dessa decadência viria nas eleições de 1962, onde o candidato lançado pelo PSD, Armando Monteiro Filho, não seria visto com a mínima chance de vitória e, efetivamente, receberia uma fração ínfima dos votos.

A campanha eleitoral

O pleito de 1962 seria, portanto, fundamental para sinalizar qual nova força política prevaleceria em Pernambuco. De um lado, despontava a UDN, que havia eleito o governador em 1958 e, do outro, Miguel Arraes, visto por alguns recifenses, em virtude de sua boa administração, como o melhor prefeito de Recife nos últimos anos (BARROS, 1965, p.60). A UDN lançou João Cleofas, homem conservador ligado à indústria açucareira. Arraes, com grande apoio popular na capital, saiu candidato pelo PST.

Contra Cid Sampaio e, conseqüentemente contra o seu indicado para sucessor João Cleofas, pesava o fato de que o governo Sampaio não havia cumprido muitas de suas promessas de 1958 e, por isso, estava desgastado perante os eleitores (BARROS, 1965). Além disso, Cleofas possuía o histórico negativo de já ter perdido duas eleições para o governo do estado. Contra Arraes, a principal acusação da oposição era a de que ele seria comunista, pelos mesmos motivos pelo qual Washington também considerava assim o prefeito de Recife: o fato de contar com o apoio destes em sua campanha, trabalhar com alguns na prefeitura e por possuir um discurso com forte apelo social. O prefeito era, entretanto, um reformista, “democrata e nacionalista” (BARROS, 1965, p.86). Mesmo assim, não deixou de ser acusado de comunista na imprensa local, por seus adversários e, mesmo o Instituto Brasileiro de Ação Democrática

(IBAD), instalou uma missão em Pernambuco com o objetivo de “derrotar a candidatura apoiada pelos comunistas, a candidatura Arraes” (BARROS, 1965, p.83). O PSD ficou dividido: parte do partido apoiou a candidatura própria de Armando Monteiro Filho e parte apoiou Arraes.

Dessa eleição complicada, Arraes saiu vitorioso, conseguindo 264.499 votos contra 251.146 de Cleofas. O então prefeito de Recife perdeu no interior, mas conseguiu, como esperado, uma margem suficiente em Recife para assegurar a vitória no estado. Assim, como bem aponta Cavalcanti:

“Pela primeira vez, um homem de classe média, desprovido de fortuna, não comprometido com os tradicionais grupos políticos e econômicos de Pernambuco, assumia o governo do estado, deixando atrás de si, fumegantes, os destroços de uma campanha eleitoral que se caracterizara pela mais desabrida interferência de forças conservadoras, internas e externas, com o propósito de invalidar a vontade soberana das urnas” (CAVALCANTI, 1980, p.321).

Em seu discurso de posse, diante do povo recifense nas ruas, Arraes afirmou que não iria estabelecer unilateralmente nenhum tipo de acordo com a USAID, como havia feito o governador Cid Sampaio (BARROS, 1965), pois não era presidente da república para negociar diretamente com uma organização estrangeira. Meses depois, ele romperia com a Aliança Para o Progresso (BARROS, 1965), reforçando o seu caráter nacionalista e, talvez, denotando que a preocupação dos norte-americanos com a sua vitória poderia ser justificada, se não por conta de Arraes ser na percepção deles comunista, ao menos pelo pragmatismo de que o novo governador não seria tão próximo dos EUA quanto havia sido a administração da UDN.

A Atuação dos Estados Unidos nas eleições.

Em virtude dos fatos apresentados, fica evidente que as eleições pernambucanas do dia 7 de outubro de 1962 seriam de fundamental importância para o estado e, notadamente, para o governo norte-americano. Como vimos, evidências sugerem que a USAID e a Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro optaram por um uso político das verbas destinadas à ajuda econômica pelo *North-east Agreement* para, entre outros objetivos, impedir a vitória de Arraes. Isso já sugere uma preferência de Washington pela derrota desse candidato, por meio desses dois órgãos. Agora, veremos de que maneira o Consulado Geral dos EUA em Recife, que “tinha a

reputação de apoiar o candidato da UDN” (ROETT, 1972, p.132), relacionou-se com atores políticos pernambucanos durante o período eleitoral. Em seguida, analisaremos qual foi a participação do setor privado norte-americano nas atividades do IBAD que, como foi exposto, moveu-se para Pernambuco a fim de derrotar a candidatura de Miguel Arraes, apoiada pelos comunistas. Com isso, ao fim, espera-se esclarecer a maneira pela qual os Estados Unidos, por meio desses quatro principais atores - USAID, Consulado em Recife, Embaixada no Rio de Janeiro e IBAD - influenciaram a acirrada disputa entre João Cleofas e Miguel Arraes.

A relação do Consulado com os atores políticos pernambucanos no contexto eleitoral

Durante o período eleitoral, de março até novembro de 1962, no Consulado Geral dos EUA em Recife o Cônsul Geral foi Eugene Delgado Arias, diplomata de carreira, nomeado no começo do ano que “via Arraes como o mau encarnado e não foi sequer à cerimônia de posse do novo governador” (PAGE, 1972, p.142). Entre os vice-cônsules figuravam Lowell C. Kilday e Wayne S. Smith, ambos também diplomatas de carreira. Em 1962, em virtude da crescente importância do Consulado, ocorreu um aumento no número de seus funcionários, que passou a contar inclusive com dois agentes da Central Intelligence Agency (CIA), dos quais um deles teria sido “um dos próprios vice-cônsules” (PAGE, 1972, p.128). Ainda, evidenciando a tamanha importância das eleições pernambucanas para Washington, havia a “presença absurda de catorze vice-cônsules dos Estados Unidos, ao mesmo tempo, no Recife, um corpo diplomático gigantesco para uma província de pouca expressão econômica” (CAVALCANTI, 1980, p.316).

A princípio, pode-se afirmar que o Consulado, pelo menos em um momento, demonstrou ter um plano com a intenção de influenciar o resultado das eleições, no sentido de favorecer João Cleofas.⁵ Isso se deu quando no dia 2 de Março, quando Eugene Arias reuniu-se com Antônio Baltar, membro do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Conselheiro Municipal e professor de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Recife. Entre diversos assun-

5. Cabe ressaltar que as observações aqui apresentadas estão baseadas nos documentos aos quais se teve acesso - há vários outros que ainda estão fechados para análise. Portanto, os resultados obtidos devem ser encarados levando essa limitação em conta.

tos, o Cônsul Geral perguntou a Baltar o que ele, como arquiteto e urbanista, pensava que poderia ser feito para melhorar os graves problemas de habitação da capital - sobretudo a questão já exposta dos mocambos. Após Baltar explicar seus planos, Eugene perguntou se o programa poderia ser executado sem interferência política de Arraes, que era o prefeito da cidade, ao que Baltar respondeu que sim, pois o governo de Cid havia criado uma organização para tratar do tema, denominada Fundação Casa Popular (National Archives Records Administration, 1962a). Infere-se que o Cônsul desejava alterar, de alguma maneira, um cenário no qual “a miséria dos mocambos, dos morros, dos alagados, dos desocupados do Recife construía, dia a dia, o ambiente esquerdista, de revolta, na grande cidade” (BARROS, 1965, p.20), que poderia ser favorável, por meio de votos, a Arraes, por este ser o candidato com uma linguagem e propostas mais voltada às populações carentes e suas necessidades. No dia seguinte, em carta ao embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, Eugene Arias descreve as condições pernambucanas e diz que, em virtude delas, “as reivindicações dos comunistas seriam, infelizmente, legítimas”. Informa, ainda, que via grandes chances de uma vitória de Arraes para o cargo de governador. Para o Cônsul, Recife era o local onde os comunistas - que apoiavam Arraes - tinham mais força, mas também aquele onde “medidas de contenção” poderiam ser mais facilmente adotadas. Eugene acreditava que a medida mais eficiente para “conter a propaganda esquerdista” seria resolver o problema de habitação na cidade. Assim, informou ao embaixador Gordon que estava examinando alguns planos de arquitetos e urbanistas (provavelmente aquele sugerido por Baltar) para um programa nesse sentido, que poderia ser realizado no âmbito da Fundação Casa Popular do governo Cid Sampaio (NARA, 1962b), sem ser, dessa forma, apropriado politicamente pelo prefeito recifense.

Em perspectiva, pode-se afirmar que o fato de o Cônsul Geral se preocupar com a criação de um programa para “conter a propaganda esquerdista”, que não sofresse interferência política de Arraes e que fosse realizado no âmbito de uma organização do governo Cid Sampaio, adversário político de Arraes, sugere uma tentativa de ação direta do Consulado, que provavelmente seria executada em parceria com uma missão da USAID em Recife, para enfraquecer os comunistas, a esquerda e, conseqüentemente, a figura política de Arraes. Realmente, há a evidência de uma conces-

são da USAID para habitação em Pernambuco, no dia 5 de Outubro de 1962 (NARA, 1963), o que aumenta a razoabilidade da hipótese de que de que o plano de habitação do Consulado tenha sido efetivamente realizado em conjunto com essa Agência.

Outra característica importante do comportamento do Consulado durante o período eleitoral é a quase completa ausência de diálogos com o prefeito e com seus aliados políticos, ao passo que Cid Sampaio, João Cleofas e membros do PSD, contrários a Arraes, possuíam um nível de intimidade significativa com os norte-americanos. No período analisado, apenas um partidário de Arraes, o seu coordenador de campanha Ubirajara Cruz, dialogou com o cônsul Eugene Arias e Wayne S. Smith, em conversas que se resumem, sobretudo, a questionamentos sobre se Arraes seria ou não comunista (NARA, 1962c). Por outro lado, diversos políticos da UDN e do PSD se reuniram com membros do Consulado, fornecendo muitas vezes informações com detalhamento significativo.

Dessas relações mais próximas, chama atenção a de Cid Sampaio e de membros de seu governo com o Consulado e, especificamente, com o Cônsul Geral. Entre diversos informes oriundos de diálogos com esses políticos, destaca-se um no qual em carta à Embaixada no Rio de Janeiro, Eugene Arias afirma que um membro do governo Cid Sampaio o teria informado que Cid possuiria documentos que comprovariam “práticas financeiras desonestas” por parte de Arraes, no período em que este fora secretário de finanças do governo Cid Sampaio. Cabe ressaltar que ambos os políticos tiveram uma trajetória próxima até romperem politicamente em 1960, por conta de divergências com relação à sucessão presidencial (BARROS, 1965, p.66). Ainda, à época, Arraes era cunhado de Cid Sampaio. O Cônsul Geral, baseado na sua fonte no governo, informa que Cid não utilizaria esse documento para atacar Arraes na campanha justamente para evitar problemas familiares (NARA, 1962d).

Com relação a Cid Sampaio, especificamente, destaca-se que o governador nutria o Consulado com resultados de pesquisas eleitorais que conduzia confidencialmente (NARA, 1962e) e com informações bastante particulares sobre arranjos políticos internos à UDN. Também é relevante um telegrama no qual Eugene Arias informa que Cid Sampaio, após lhe dizer que o PTB estava disposto a utilizar 40 milhões de Cruzeiros para “minar” a aliança contra Arraes, que se desenhava no momento entre PSD e UDN, lhe teria perguntado se

essas verbas poderiam ter origem na Embaixada tcheca em Brasília. Cid obteve essas informações a partir do Comando Militar do Nordeste, o IV Exército, que era liderado em 1962 pelo General Castelo Branco (NARA, 1962f). No Telegrama, o Consul não informa se respondeu ou não ao governador. Apesar disso, a natureza da questão, envolvendo um terceiro país, à época a Tchecoslováquia, que estava sob influência da União Soviética, demonstra uma proximidade considerável entre Cid Sampaio e o Consulado em Recife.

Essa não foi a única vez que o IV Exército seria citado pelos estadunidenses. No início do mês de maio essa divisão militar informou ao Consulado que planejava articular uma “extensiva campanha psicológica” contra Arraes, baseada em ataques às suspeitas de suas filiações comunistas (NARA, 1962g). Semanas depois, no dia 23 de maio, Eugene Arias informou que essa campanha psicológica do exército seria conduzida em conjunto com o governo de Cid Sampaio (NARA, 1962h). Mais uma vez, fica evidente a proximidade entre o Consulado e as forças políticas contrárias a Arraes, vide a troca de informações delicadas sobre a campanha eleitoral - e também sobre estratégias para vencê-las - que ambos realizavam entre si.

Com relação ao candidato João Cleofas, o Consulado foi informado, também por meio de um membro do governo Cid Sampaio, desta vez o Chefe da Casa Civil, de que o IBAD teria feito uma oferta de “assistência” para que Cid Sampaio apoiasse João Cleofas como seu sucessor, pois no início da corrida pelo cargo de governador o incumbente ainda teria dúvidas com relação a qual candidato “lançar” para ser seu herdeiro político (NARA, 1962i).

No que concerne ao PSD, nota-se a mesma linha de ação dos norte-americanos: apesar de o partido estar rachado, com parte dos membros apoiando a candidatura Arraes, e outra sendo contrária, membros do Consulado se reuniram, sobretudo, com partidários dessa segunda tendência interna. Dentre esses, destaca-se José do Rego Maciel, presidente do PSD em Pernambuco, que afirmou ao vice-cônsul Lowel C. Kilday que a sua ala do partido estava fazendo de tudo para que o mesmo não tomasse uma posição de apoio a Arraes, mas que elementos favoráveis a Arraes, como Etelvino Lins, uma das principais figuras do partido, estariam dificultando as negociações (NARA, 1962j).

Por fim, em um Telegrama do final de setembro, duas semanas antes das eleições, D. Eugene informa ao Departamento de Estado norte-americano que Arraes havia telegrafado para o presi-

dente João Goulart “queixando-se de pressões de grupos militares, econômicos e do Consulado Geral Americano” (NARA, 1962l). Essa afirmação de Arraes, bem como os outros elementos já expostos, corroboram a hipótese de que o Consulado Geral dos EUA em Recife relacionou-se com atores políticos pernambucanos no período eleitoral no sentido de desfavorecer a vitória do candidato Miguel Arraes.

A participação do IBAD

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática foi criado no final da década de 1950, “com o alegado e ambíguo propósito de defender a democracia” (DREIFFUS, 1981, p.102) no país. Seus fundadores eram, sobretudo, empresários do setor da indústria e do comércio e membros de associações de classe do chamado setor produtivo, como o Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP). Na prática, o IBAD era “basicamente uma organização de ação anticomunista” (DREIFFUS, 1981, p.102). Há fortes evidências de que “dinheiro da CIA americana era canalizado para o IBAD” (DREIFFUS, 1981, p.205), sendo que alguns autores chegam mesmo a afirmar que o IBAD seria “a CIA norte-americana, disfarçada pela sigla de um Instituto Brasileiro de Ação Democrática” (CAVALCANTI, 1981, p.308). Além de verbas, a CIA teria oferecido ao IBAD “orientação, experiência [...] no esforço de corrupção e de intrigas, para influir nas eleições” (BANDEIRA, 1983, p.65). Dessa maneira, nas eleições brasileiras de 1962, o IBAD seria acusado de investir “no mínimo o equivalente a 12 milhões de dólares financiando candidatos anticomunistas, e possivelmente tanto quanto 20 milhões” (AGEE, 1975, p.274). Inclusive o embaixador de Washington no Brasil, Lincoln Gordon, “estava ciente não só de que o IBAD era o meio da CIA canalizar dinheiro para as campanhas políticas locais, mas também que tais contribuições clandestinas eram uma absoluta violação da lei brasileira” (DREIFFUS, 1981, p.206). Com isso, parece que há sólidas evidências sobre o vínculo entre CIA e IBAD. O escândalo da atuação do IBAD nas eleições de 1962, patrocinada pela CIA e pelo setor privado estadunidense, foi tamanho que levou à instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso, em 1963, para apurá-la, sob a suspeição de que este estava sendo financiado por verbas públicas norte-americanas. O resultado seria o fechamento do IBAD ainda em dezembro de 1963,

por desempenho de atividade ilícita durante o ano eleitoral.

No caso de Pernambuco, o Instituto teve uma atuação extraordinária, levando Paulo Cavalcanti a afirmar em suas memórias que “na história política de Pernambuco, não houve corrupção eleitoral que se equiparasse à que se consumou nesse período. Através do IBAD, o dinheiro americano jorrou no Recife” (CAVALCANTI, 1980, p.315). O próprio Arraes afirmou, em seu depoimento na CPI do IBAD, que “o candidato João Cleofas, pessoalmente, sacou do IBAD dez milhões de cruzeiros” (BARROS, 1965, p.174). Ainda, em seu esclarecedor depoimento, Arraes “denunciou quais multinacionais tinham contribuído com seu adversário [...] Shell, Texaco, General Electric, IBM, Coca-Cola” (ROZOWYKWIAT, 2006, p.41), entre outras. Além disso, a Comissão também comprovou que o IBAD “organizou seu próprio serviço secreto no seio das Forças Armadas, notadamente no IV Exército” (BANDEIRA, 1983, p.71). Isso pode sugerir que a “campanha psicológica” que vimos, do Comando Militar do Nordeste em conluio com o governo Cid Sampaio, atacando Arraes por supostas filiações comunistas, também teve a participação do IBAD.

Assim, é notório que o IBAD, financiado principalmente pela CIA e por verbas do setor privado norte-americano, atuou explicitamente nas eleições pernambucanas de 1962, com o objetivo de garantir a vitória ao candidato conservador João Cleofas. Há, ainda, a evidência de que a verba utilizada nas eleições foi “em grande parte oriunda do próprio governo dos Estados Unidos e não apenas de suas empresas, conforme o próprio Lincoln Gordon confessaria, admitindo um gasto da ordem de US\$ 5 milhões” (BANDEIRA, 1983, p.69). Essa é uma indicação relevante, vinda de um próprio membro do governo norte-americano, Embaixador no Brasil durante o período das eleições.

Conclusão

Finalmente, em virtude das reflexões apresentadas acerca das fontes primárias e secundárias, acredita-se que há sólidas evidências de que teria havido uma violação da soberania brasileira por parte de Washington. Ou seja, os Estados Unidos, buscando influenciar o resultado das eleições pernambucanas de acordo com seus próprios interesses, violaram o princípio básico do direito internacional - consagrado a partir da Paz de Westfália em 1648 - da não intervenção, por parte de um Estado, nos assuntos internos de outro. Formalmente,

pelo princípio da soberania, os Estados reconhecem uns aos outros como entidades independentes, o que implica, entre outras coisas, a competência exclusiva do Estado para escolher o seu sistema de governo e seus representantes. Assim, a política brasileira diz respeito exclusivamente ao Brasil, que é formalmente soberano, perante os outros Estados, para escolher seus governantes de acordo com a sua legislação nacional, sem sofrer alguma interferência externa durante esse processo eleitoral. Isso é exatamente o oposto do que constatamos no caso de Pernambuco, onde houve interferência estadunidense durante o processo eleitoral e, conseqüentemente, violação da soberania brasileira por parte dos órgãos de atuação norte-americanos. A atuação do Consulado, com destaque para o plano de moradia, provavelmente executado em conjunto com a USAID para enfraquecer a candidatura de Arraes, a articulação da Embaixada no Rio de Janeiro e da USAID para utilizar as verbas da Aliança Para o Progresso e do Northeast Agreement de modo a atender exclusivamente os interesses políticos norte-americanos, e a massiva contribuição de verbas do setor privado norte-americano e, provavelmente, do governo estadunidense para a atuação ilícita do IBAD durante as eleições pernambucanas de outubro de 1962 são os principais indícios que reforçam a hipótese que se propõe. Em suma, os Estados Unidos, e nisso podemos incluir tanto o setor privado quanto os órgãos governamentais, percebiam o potencial de uma revolução de cunho comunista no Nordeste, com o ápice em Pernambuco e, por conta disso, nitidamente desrespeitaram o princípio fundamental do direito internacional de não violação da soberania dos Estados, buscando influenciar os resultados eleitorais no Brasil durante as eleições de 1962, financiando candidatos do seu agrado. Prova maior do erro de percepção norte-americano consistiu na vitória de Arraes, na continuação da existência das Ligas Camponesas, sem que por isso Pernambuco ou o Nordeste e muito menos o Brasil virassem comunistas. Por isso, ressalta Page - essa foi uma “revolução que nunca aconteceu” (PAGE, 1972), título de sua obra sobre a presença dos Estados Unidos no Nordeste nas décadas de 1950 e 1960.

Ainda, cabe ressaltar que novas questões se impõem em virtude das informações apresentadas neste artigo. Parece-nos particularmente relevante explorar a fundo, por exemplo, se havia um esforço coordenado de Washington com o setor privado norte-americano para influenciar as eleições no mesmo sentido, ou se esses teriam sido esforços independentes. Além disso, o trabalho suscita a ques-

tão do papel dessa “derrota” dos Estados Unidos, com a vitória do candidato não desejado, Miguel Arraes, no apoio de Washington ao Golpe Militar de 1964. Essa é uma hipótese razoável se levarmos em consideração que o fracasso dos Estados Unidos em influenciar as eleições de Pernambuco para impedir que, segundo Washington, um comunista chegasse ao poder, pode ter contribuído para o apoio estadunidense ao Golpe Militar de 1964. Isso porque os norte-americanos podem ter deixado de ver na via eleitoral uma possibilidade para combater o comunismo no Brasil, já que mesmo com todo o esforço empregado, Arraes, o candidato visto como comunista, chegou ao poder pelo voto da população. O fato que reforça essa hipótese é a deposição e prisão, apenas um dia após o Golpe Militar, de Miguel Arraes do cargo de governador de Pernambuco - sugestão de que os setores conservadores, tanto internos quanto externos, nunca aceitaram a vitória nas urnas do ex-prefeito de Recife.

No geral, acredita-se que o presente trabalho fornece uma contribuição relevante ao entendimento da participação estadunidense nas eleições pernambucanas de 1962. Ao adotar uma abordagem inédita, analisando a atuação de 4 diferentes órgãos ligados aos EUA durante as eleições pernambucanas de 1962 - tema ainda pouquíssimo explorado principalmente pela literatura brasileira de história das relações internacionais - espera-se que este trabalho possa estimular futuros estudos sobre o tema que, a despeito da pouca atenção que recebe, é de fundamental importância para a compreensão de um período tão delicado para a história das relações entre Brasil e Estados Unidos.

Referências Bibliográficas

Memorandum of Conversation, Recife to Rio de Janeiro, Position of the PSB, Antonio Baltar (PSB) - D. Eugene Arias, March 2, 1962a, Classified Special Election Files, compiled 01/01/1962 - 12/31/1963, folder “Elections 1962 - Pernambuco”, Box 3, Record Group 84, National Archives and Records Administration, College Park, Estados Unidos.

Letter, Eugene Delgado-Arias to the US Ambassador to Rio, March 3, 1962b, CSEF, folder “Elections 1962 - Pernambuco”, Box 3, RG 84, NARA.

Telegram 1707, Rio de Janeiro to USAID, March 28, 1963, Central Subject Files, compiled 08/1962 - 1985, folder “PRM 1 - Country Activities FY 63 - FY 65”, Box 19, RG 286, NARA.

Memorandum of Conversation, Recife to Rio de Janeiro and Brasília, Mayor Miguel Arraes Campaign in Gubernatorial Race, Mr. Ubirajara Cruz - Wayne S. Smith, March 23, 1962c, CSEF, folder “Elections 1962 - Pernambuco”, Box 3, RG 84, NARA.

Report s/n, Recife to Rio de Janeiro, Differences Between Governor Sampaio and Mayor Arraes Heightened by Family Problems, April 10, 1962d, CSEF, folder "Elections 1962 - Pernambuco", Box 3, RG 84, NARA.

Telegram n°335, Recife To Brasília ,Weekly Telegraphic Summary, May 31, 1962e, CSEF, folder "Elections 1962 - Pernambuco", Box 3, RG 84, NARA.

Telegram n°71, Recife to Department of State and Rio de Janeiro and Brasília, August 08, 1962f, CSEF, folder "Elections 1962 - Pernambuco", Box 3, RG 84, NARA.

Telegram n°319, Recife to Brasília, Weekly Telegraphic Summary, May 15, 1962g, CSEF, folder "Elections 1962 - Pernambuco", Box 3, RG 84, NARA.

Telegram n°325, Recife to Brasília, Weekly telegraphic summary, May 23,1962h, CSEF, folder "Elections 1962 - Pernambuco", Box 3, RG 84, NARA.

Telegram n° 368, Recife to Department of State and Rio de Janeiro and Brasília, June 30, 1962i, CSEF, folder "Elections 1962 - Pernambuco", Box 3, RG 84, NARA.

Memorandum of Conversation, Recife to Rio de Janeiro, Pernambuco Gubernatorial Race, José do RegoMaciel - Lowel C. Kilday, May 18, 1962j, CSEF, folder "Elections 1962 - Pernambuco", Box 3, RG 84, NARA.

Telegram n°159, Recife to Department of State and Rio de Janeiro and Brasília, Weeka Telegram, September 19, 1962l, CSEF, folder "Elections 1962 - Pernambuco", Box 3, RG 84, NARA.

AGEE, Philip. **Inside the Company:** CIA Diary. [s. I.]: FarrarStraus&Giroux, 1975.

BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart:** As Lutas Sociais no Brasil:(1961-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 187 p.

BARROS, Adirson de. **Ascensão e Queda de Miguel Arraes.** Rio de Janeiro: Editora Equador, 1965. 174 p.

CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu Conto Como o Caso Foi:** Da Coluna Prestes à Queda de Arraes. Recife: Editora Guararapes Ltda., 1980. 428p.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado:** Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1981. 814 p.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. **Os Partidos Políticos Brasileiros:** A experiência federal e regional: 1945-1964. Rio de Janeiro: EdiçõesGraal, 1983. 147 p.

PAGE, Joseph A..**The Revolution That Never Was:**Northeast Brazil 1955-1964. New York: Grossman Publishers, 1972. 267 p.

ROETT, Riordan. **The Politics of Foreign Aid in the Brazilian Northeast.** Nashville: VanderbiltUniversity Press, 1972. 178 p.

ROZOWYKWIAT, Tereza. **Arraes.** São Paulo: Iluminuras Ltda., 2006. 361 p.

SMITH, Peter H..**Talons of the Eagle:** Dynamics of U.S-Latin American Relations. New York: Oxford University Press, 2000. 418 p.

Recebido: 04/09/2016

Aceito: 10/11/2016